

**AFRICAN UNION**

**الاتحاد الأفريقي**



**UNION AFRICAINE**

**UNIÃO AFRICANA**

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : [www.africa-union.org](http://www.africa-union.org)

**CONSELHO EXECUTIVO**

**Décima-Segunda Sessão Ordinária**

**27 - 29 de Janeiro de 2008**

**Adis Ababa, Etiópia**

**EX.CL/382 (XII)**

**RELATÓRIO DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DA  
UNIÃO AFRICANA PARA O TRABALHO E ASSUNTOS SOCIAIS**

**Relatório da Quinta sessão Ordinária da Comissão  
para o Trabalho e Assuntos Sociais (CTAS)  
Adis Abeba, Etiópia, 16-21 de Abril de 2007**

## **Introdução**

Regulamento 2 das Regras de Procedimento da Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais da OUA estipula que o Presidente deverá submeter um relatório sobre as deliberações da Comissão ao Conselho Executivo para discussão, observação e posterior transmissão à Assembleia de Chefes de Estado e de Governo para eventual aprovação.

Em conformidade com este Regulamento, o Presidente, em nome da Comissão, apresenta o presente relatório sobre as deliberações da Quinta Sessão Ordinária da Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais realizada em Adis Abeba, Etiópia, de 16 a 21 de Abril de 2007.

Como de costume, a Quinta Sessão da Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais foi organizada em duas Sessões, nomeadamente, uma sessão de Peritos e outra Ministerial. Entre outros assuntos, as Reuniões debateram ou consideraram: o grau de implementação das recomendações da Quarta Sessão Ordinária da CTAS; o Informe sobre CTEs como parte do Repensar o CTAS; o Relatório do Presidente relativamente aos Seminários Regionais sobre Políticas Integradas de Emprego; o Relatório da Reunião Ministerial África/UE sobre Migração e Desenvolvimento; Trabalhadores Emigrantes em África, Tratamento, Protecção e Bem estar; o Relatório dos Membros Africanos do Conselho de Direcção da OIT; Relatório de Actividades das Comunidades Económicas Regionais e o informe sobre as actividades das Agências Especializadas da UA e Organizações Inter Africanas. A sessão dos Ministros adoptou duas Resoluções, uma em apoio aos trabalhadores e povo Palestinos e a outra sobre o Repensar da agenda sobre o trabalho decente às necessidades básicas.

É pertinente lembrar que devido aos desacordos entre os delegados sobre o assunto relacionado com as candidaturas ao posto da OIT de Presidente da 96<sup>a</sup> Conferência Internacional do Trabalho, a Sessão não pôde finalizar o seu trabalho em Adis Abeba. O Relatório foi portanto adoptado pela Sessão Ministerial Especial organizada à margem da 96<sup>a</sup> Conferência Internacional do Trabalho da OIT, realizada a 12 de Junho de 2007, em Genebra.

As conclusões, recomendações e propostas da Quinta Sessão Ordinária da Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais são aqui submetidas ao Conselho Executivo para Consideração e posterior transmissão à Assembleia de Chefes de Estado e de Governo.

**EX.CL/382 (XII)**  
**ANEXO**

**RELATÓRIO**  
**DA REUNIÃO DOS MINISTROS**

**AFRICAN UNION**

**الاتحاد الأفريقي**



**UNION AFRICAINE**

**UNIÃO AFRICANA**

---

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844  
website : [www.africa-union.org](http://www.africa-union.org)

---

**QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA  
COMISSÃO DO TRABALHO E  
DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA  
UNIÃO AFRICANA,  
16 - 21 DE ABRIL DE 2007  
ADIS ABEBA, ETIÓPIA**

**LSC/MIN/RPT (V)**

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS**

## **PROJECTO DE RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS**

### **I. INTRODUÇÃO**

1. A Reunião Ministerial da Quinta Sessão da Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais (CTAS) da União Africana teve lugar, no Centro de Conferências da União Africana, em Adis Abeba, Etiópia, de 20 a 21 de Abril de 2007. A Reunião Ministerial foi precedida da Reunião de Peritos realizada de 16 a 19 de Abril de 2007 e cujo relatório se encontra anexo.

### **II. PARTICIPAÇÃO**

2. A reunião contou com a participação dos delegados representando os Governos, os Empregadores e os Trabalhadores provenientes dos seguintes Estados Membros: Argélia, Angola, Benin, Botswana, Burkina Faso, Camarões, República Centro-africana, Congo Brazzaville, Côte d'Ivoire, Egipto, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Quênia, Lesoto, Libéria, Jamahiriya Árabe Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, República Árabe Saharawi, Senegal, África do Sul, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

3. Estiveram também presentes na cerimónia de abertura as seguintes Embaixadas acreditadas junto da Comissão da União Africana: Embaixada da China, Dinamarca, Irão, Rússia, Portugal e a Embaixada do Estado da Palestina.

4. As seguintes Comunidades Económicas Regionais (CERs), Agências das Nações Unidas, Organizações Inter-governamentais, Não-governamentais, Internacionais e parceiros do desenvolvimento e amigos da África também se fizeram representar: SADC, Organização Árabe do Trabalho (OAT), Liga dos Estados Árabes (LEA), FNUAP, OMS, OIM, ICFTU-AFRO, ACARTSOD, OATUU, PEC, IAR, PAPA, Secretariado da Década Africana das Pessoas Portadoras de Deficiência, ARLAC, OIT, PNUD, CICV, ACNUR, PAM, SATUCC, EATUC, o Parlamento Pan-africano e a Comissão da União Africana.

### **III. CERIMÓNIA DE ABERTURA**

5. A cerimónia de abertura foi presidida pela Sua Excelência Senhor Chamel Nasser, Representante Permanente da República Árabe do Egipto, em representação do Ministro do Trabalho e Migração do Egipto, durante a qual as seguintes personalidades proferiram discursos: o Secretário Geral da OATUU, representantes dos trabalhadores, o Secretário Geral do PEC, em representação dos empregadores, o Secretário Executivo da CEA, Sr. Abdoula Janneh, o Director Geral da OIT, Juan Somavia, a Comissária para os Assuntos Sociais, Advogada Bience Gawanas e Sua Excelência Presidente da República Federal Democrática da Etiópia, Girma Wolde Giorgis.

**(i) Discurso da Sua Excelência Sr. Chamel Nasser, Embaixador da República Árabe do Egito, Presidente da Quarta Sessão da Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais**

6. Ao discursar na cerimónia de abertura da Quinta Sessão da Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais (CTAS), a sua Excelência Senhor Chamel Nasser, Representante Permanente da República Árabe do Egito, em representação do Ministério do Trabalho e Migração do Egito exprimiu a sua gratidão ao Governo da República Federal Democrática da Etiópia, pela recepção calorosa e fraternal proporcionada aos participantes e lamentou a ausência da Sua Excelência Sr<sup>a</sup> Aicha Abdelhadi, Ministra da Mão-de-Obra e da Migração da República Árabe do Egito na sessão. Convidou os participantes a acompanhar o trabalho realizado nas sessões anteriores, cuja última teve lugar no Cairo em Abril de 2006.

7. Depois de frisar a necessidade de acompanhar e desenvolver a acção da Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais (CTAS) com base no tripartismo, em particular no que toca ao acompanhamento da Cimeira Extraordinária de Ouagadougou sobre a promoção do emprego e da luta contra a pobreza em África, Sua Excelência o Senhor Embaixador realçou a cooperação necessária entre as diferentes partes e os parceiros sociais com vista a melhorar a situação da mão-de obra africana. No sector da formação, manifestou a disposição do seu Governo de partilhar a sua experiência com outros países africanos e adiantou ainda que era importante beneficiar a experiência adquirida pela Unidade Sindical Africana (OUSA), pela Confederação Africana dos Empregadores (CPE) e por outros actores do sector do trabalho.

8. Evocando o fenómeno da migração, ele lançou um apelo aos Estados Membros para que sejam desenvolvidos estudos sobre as políticas que deverão tratar deste problema com vista a estabelecer um quadro de orientação a nível mundial para fazer face à este fenómeno que não poupa nenhum país africano. Uma tal diligência, acrescentou ainda, deve valorizar as vantagens do movimento migratório internacional tendo em conta as suas especificidades regionais.

9. Por fim, o Embaixador Chamel Nasser sublinhou a importância do capital humano constituído pelos trabalhadores migrantes e a necessidade absoluta de proteger os seus direitos. Concluiu, desejando pleno sucesso à reunião.

**(ii) Discurso proferido pelo Sr. Hassan Sumonu, Representante dos Trabalhadores**

10. O Sr. Hassan Sumonu, Secretário Geral da OATUU exprimiu a gratidão dos trabalhadores pela hospitalidade proporcionada às delegações. Exprimiu ainda a satisfação dos trabalhadores pela composição tripartida da CTAS, que reforçou o diálogo social entre os parceiros sociais.

11. Lembrou a decisão dos Chefes de Estado e de Governo tomada na Cimeira Extraordinária de Ouagadougou sobre o Emprego e o Alívio da Pobreza, em Setembro de 2004, que recomendou a colocar o emprego no centro dos planos nacionais de desenvolvimento. Enfatizou também a importância do diálogo social como um pré-requisito para o progresso na implementação dos resultados da Cimeira de Ouagadougou. Ele insiste os Estados Membros da União Africana a relacionarem a Agenda do Trabalho Decente com a Agenda do Desenvolvimento das Necessidades Básicas para o alcance do desenvolvimento sócio-económico sustentável e da erradicação da pobreza.

**(iii) Discurso proferido pelo Sr. Azad Jeetun, Representante dos Empregadores**

12. O Sr. Azad Jeetun, Secretário-geral da Confederação Pan-Africana dos Empregadores (PEC) exprimiu a gratidão do Grupo dos Empregadores pela hospitalidade calorosa proporcionada desde a sua chegada a Adis Abeba. Enalteceu a CTAS por ter reconhecido a importância do diálogo social de proporcionar aos actores um fórum para partilharem experiências e perícia. Lembrou a relação cordial do grupo dos empregadores com a OIT e louvou o bom trabalho desenvolvido pelo Director Regional da OIT para África. Ele observou que havia ainda muito que fazer para o crescimento económico, melhoramento da qualidade de vida das populações, a segurança social, a migração, a educação e o desenvolvimento social. A este respeito, observou que a Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais da União Africana deveria ser reforçada uma vez que as questões laborais e sociais são ligadas.

13. O Representante dos Empregadores lembrou que o sector privado tem um papel decisivo a desempenhar no desenvolvimento, por isso precisa de ser reforçado. Ele evocou a reunião do Painel de Empregadores de Alto Nível, que terá lugar à margem da Reunião Regional Africana da OIT em Adis Abeba e convocou todos os delegados a participarem na reunião prevista para o dia 22 de Abril de 2007. Por fim, enalteceu a Comissária para os Assuntos Sociais pelo acompanhamento da agenda da mão-de-obra, do emprego e social da Comissão da União Africana. Apelou pela colaboração entre os parceiros sociais e entre a Comissão da União Africana e os parceiros sociais.

**(iv) Discurso proferido pelo Professor Israel Sambajwe, Representante do Secretário Executivo da CEA**

14. Tomando a palavra em nome do Secretário Executivo da CEA, o Director dos Recursos Humanos da CEA agradeceu à Comissão da União Africana por ter convidado a CEA a participar na Conferência. Ele ressaltou as questões relacionadas com a migração, o sector informal e o emprego dos jovens como os maiores desafios que o Continente enfrenta. Frisou a necessidade de encontrar soluções sustentáveis para relacionar a parte empresarial das economias africanas com o objectivo de

estimular o crescimento, de reduzir as desigualdades dos rendimentos, de quebrar o ciclo da pobreza entre as gerações, livrando as populações da exclusão social e criando mais postos de trabalho decente. Ainda encorajou todos os Estados Membros a prestarem mais atenção à criação de postos de trabalho para jovens africanos. O orador reafirmou também o compromisso da CEA com a Comissão da União Africana e com a África em geral.

**(v) Discurso proferido pela Senhora Regina Amandi-Njoku, Representante do Sr. Juan Somavia, Director Geral da OIT**

15. Ao discursar em nome do Director Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Sr. Juan Somavia, a Directora Regional para África, Senhora Regina Amandi-Njoku, exprimiu a sua gratidão a Comissária para os Assuntos Sociais pela parceria com a OIT e frisou que a OIT tinha grande respeito e confiança na visão e na liderança do Presidente Konaré. Ela informou a reunião que a OIT conseguiu tirar a agenda do trabalho decente de um conceito interno da OIT para uma meta global tornando-o uma prioridade africana. Frisou que o tripartismo deve ser um factor contributivo para facilitar a implementação da agenda de trabalho decente a nível nacional. Ela informou igualmente a reunião que a OIT se empenhou no acompanhamento das recomendações adoptadas pela CTAS sobre o recrutamento dos africanos qualificados a todos os níveis do sistema da OIT.

16. A Sr<sup>a</sup> Regina informou os participantes da Reunião Regional Africana que teria lugar na próxima semana em Adis Abeba. Assegurou que a OIT conseguirá levar a cabo o seu mandato em estreita colaboração com a Comissão da União Africana e o seu programa NEPAD, a CEA, BAD, CERs, outras Agências dos Sistemas das Nações Unidas e as ONGs.

**(vi) Discurso da Advogada Bience Gawanas, Comissária da União Africana para o Departamento dos Assuntos Sociais**

17. No seu discurso, a Comissária deu as boas-vindas a todos os presentes na 5<sup>a</sup> Sessão das CTAS em Adis Abeba em nome do Presidente da Comissão da União Africana, o Professor Alpha Oumar Konare. Ela dirigiu particularmente palavras especiais de boas vindas a todos os Ministros por terem incluído na sua agenda a participação nesta reunião anual que junta todos os Ministros responsáveis pelo Trabalho da África. Ela destacou as actividades desenvolvidas em 2006 pelas CTAS. A Comissão da União Africana realizou cinco reuniões consultivas sobre o quadro de políticas integradas de emprego a nível regional para que os Estados Membros disponham de várias estratégias com vista a ênfase a importância do sector informal sendo o motor económico da África e que a Comissão da União Africana tinha plano de levar a cabo um estudo sobre o sector informal durante este ano, que trará dos desafios no sector.



18. Ela ressaltou as relações frutuosas que a CUA mantém com a OIT e com outros parceiros internacionais em particular, os Governos da Suécia e da Noruega. Por fim, sublinhou a contribuição essencial do tripartismo na melhoria da eficácia e da prestação de contas dos Governos e lembrou que a CUA estará junto dos trabalhadores e empregadores africanos para defender os seus direitos e promover a liberdade de associação e enfrentar os desafios do emprego dos jovens e da protecção social.

**(vii) Discurso proferido pelo Convidado de Honra, Sua Excelência Girma Wolde Giorgis, Presidente da República Federal Democrática da Etiópia**

19. O Presidente da República Federal Democrática da Etiópia, no seu discurso luminar, desejou calorosamente as boas-vindas as delegações à Etiópia e observou que a realização desta sessão regular era importante uma vez que os Ministros Africanos do Trabalho e dos Assuntos Sociais poderiam aproveitar a oportunidade para desenvolver estratégias para enfrentar os desafios crescentes com que a África está enfrentada, as oportunidades tais como a Declaração do Milénio e outros acordos internacionais existentes poderiam ser aproveitadas para aliviar a pobreza e melhorar as condições de vida dos Africanos. Simultaneamente, sublinhou que em África, a economia deve ter em linha de conta o papel da agricultura visto que as potencialidades da criação de postos de trabalho são elevados neste sector.

20. O Presidente, mais adiante, sustentou que deve se prestar a devida atenção ao sector informal, uma vez que a maioria esmagadora das populações africanas, especialmente nas áreas urbanas, estão envolvidas neste sector. A concluir, o Presidente encorajou a Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais a desempenhar um papel decisivo para priorizar as questões do emprego na agenda pública para assegurar que o desenvolvimento seja acompanhado de criação de postos de trabalho e de rendimentos para todos.

**(viii) Moção de Agradecimento por Sua Excelência, o Senhor Bunawaree, Ministro do Trabalho das Maurícias**

21. Na sua moção de agradecimentos, o Ministro do Trabalho das Maurícias, exprimiu a sua gratidão a República Federal Democrática da Etiópia pela hospitalidade proporcionada a todos os delegados desde a sua chegada. Enalteceu o Presidente da CUA assim como a Comissária para os Assuntos Sociais pelo seu empenhamento na organização da reunião. Finalmente, solicitou a todos os parceiros presentes na reunião para que implementassem eficientemente as decisões e recomendações adoptadas pelas CTAS.

#### **IV. QUESTÕES DE PROCEDIMENTO**

##### **a) Eleição da Mesa**

22. Depois das devidas consultas entre os Estados Membros e as cinco regiões da UA; e, em conformidade com o Regulamento Interno da CTAS, foi eleita a seguinte Mesa:

Presidente:	- Gana	- Representante do Governo (África Ocidental)
1º Vice-presidente:	- Sudão	- Representante do Governo (África Oriental)
2º Vice-presidente:	- Gabão	- Representante dos Trabalhadores (África Central)
3º Vice-presidente:	-Zimbabwe	- Representante dos Empregadores (África Austral)
Relator:	- Líbia	- Representante do Governo (África do Norte)

##### **b) Adopção da Agenda**

23. A Agenda Provisória foi adoptada conforme apresentada.

##### **c) Organização dos Trabalhos**

24. A reunião adoptou o seguinte horário de trabalho:

###### 20 de Abril de 2007

Manhã: 10h00 - 13h00  
Tarde : 15h00 - 18h30

###### 21 de Abril de 2007

Manhã: 08h30 - 13h00  
Tarde : 14h00 - 18h00

#### **V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DAS DISCUSSÕES TÉCNICAS**

##### **Ponto 3 da Agenda: Relatório de Actividades das Comunidades Económicas Regionais**

25. No que diz respeito a este ponto, a experiência das Comunidades de Desenvolvimento de África Austral (SADC) foi representado por Sua Excelência Senhor

Ministro da Zâmbia, em nome dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da região. Na sua apresentação, o Excelentíssimo Ministro delineou os desafios com que a Região está enfrentada, incluindo a pobreza, o desemprego, o VIH/SIDA, a falta de acesso aos serviços sociais, em particular pelas crianças e a fuga de cérebros. No entanto, informou a reunião que os Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da SADC envidaram enormes esforços no sentido de encontrarem soluções e meios de enfrentar estes desafios. Com o intuito de enfrentar o problema da pobreza, a região procurou implementar o plano de mão-de-obra intensiva e programas de criação de postos de trabalho, concentrando-se no emprego dos jovens através da promoção das pequenas e médias empresas assim como na capacitação das competências profissionais e técnicas.

26. O Excelentíssimo Ministro observou igualmente que as estratégias adoptadas para melhorar a criação de postos de trabalho incluem, entre outras, reforçar a cooperação tripartida, garantir a protecção e segurança para os grupos vulneráveis e aumentar a mão-de-obra intensiva e a capacidade de absorção humana de diversos sectores. Quanto a questão das crianças e dos jovens, informou a reunião que esforços estão sendo desenvolvidos para solucionar a situação precária das crianças e dos jovens através das políticas e planos de acção para a protecção e o código de conduta sobre o trabalho infantil. Estas estratégias são adoptadas ou estão em vias de adopção e a sua implementação bem sucedida tem como objectivo minimizar os problemas enfrentados pelas crianças e pelos jovens da Região.

27. O Ministro Zambiano acrescentou que, em resposta aos desafios colocados pela pandemia do VIH/SIDA, a Região identificou cinco áreas prioritárias: a prevenção, a mobilização social, a melhoria do acesso aos serviços do Tratamento e Controlo do Vírus, a aceleração dos serviços de integração e o reforço de monitorização e avaliação do desempenho. Por conseguinte, espera-se que, apesar de dificuldades encontradas na erradicação da pandemia, essas medidas prioritárias vão contribuir para mitigar o seu impacto sobre a sociedade e a economia.

28. No que toca a implementação da Declaração de Ouagadougou sobre o Emprego e a Pobreza, o Ministro, frisou posteriormente que foram envidados esforços no sentido de desenvolver planos de acção nacionais e estabelecer instituições apropriadas para dar resposta ao impacto do desemprego e da pobreza na Região.

29. Por fim, o Ministro Zambiano concluiu levantando algumas outras questões de maior preocupação que devem ser afloradas pelas CTAS. Tratam-se nomeadamente:

- A Presidência da Conferência Internacional do Trabalho, neste contexto, o Ministro Zambiano reiterou o apoio da Região à candidatura da Nigéria conforme acordado há um ano;
- Da necessidade de uma Posição Comum sobre:

- Comunicação e melhoramento da coordenação das actividades da OIT;
- Planos de sucessão na UA e nos Escritórios Regionais da OIT bem como o reforço dos postos vagos por preencher localmente;
- Sistema das quotas no preenchimento dos postos de trabalho vagos na Sede e nos Escritórios Sub-regionais da União Africana.

30. Durante os debates subsequentes, a SADC foi louvado pelo relatório e pelas actividades empreendidas. Todavia, levantou-se a questão e saber as razões que levaram outras regiões a não apresentarem o relatório das suas respectivas actividades. O Excelentíssimo Ministro indicou que procuraria inteirar-se e depois, informará a Reunião. Neste âmbito, a Comissária da AU para os Assuntos Sociais informou que se tinha enviado o convite a todas as Comunidades Económicas Regionais mas apenas poucas responderam.

#### **Ponto 4 da Agenda:      Informações sobre a Migração e o Desenvolvimento**

31. Este ponto da agenda foi apresentada pela Advogada Bience Gawanas, Comissária da União Africana para os Assuntos Sociais informou que um tema sobre a migração foi apresentado na Reunião de Peritos mas num aspecto mais específico do assunto. Ela, declarou igualmente que a migração virou-se um dos desafios de desenvolvimento no Continente. Lembrando as decisões anteriores dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais, indicou que um Quadro de Políticas de Migração para África foi elaborado e que era preciso organizar os fóruns regionais para sensibilizar os Estados Membros sobre as mesmas. Visto que a migração é um fenómeno complexo, ela defendeu que uma cooperação multisectorial mais abrangente era necessária para enfrentar a grave natureza da migração. A Comissária, informou, de seguida, a reunião que a Posição Comum Africana sobre a migração foi aceite pela União Europeia e que esta Posição Comum deve ser completamente aplicada pelos Estados Membros. Sublinhou que, mesmo se fossem desenvolvidas acções e consultas entre a EU e os países individualmente, África deve falar com uma só voz.

32. A Comissária também informou a reunião que o Plano de Acção sobre o Tráfico de Seres Humanos foi adoptado depois de três anos de demora. Isto enquadra-se no tema do Dia da Criança Africana, celebrado aos 16 de Junho sob o lema "*Combater o Tráfico de Crianças*". Isto também diz respeito aos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais visto que o tráfico de crianças está estreitamente ligado ao trabalho infantil.

33. Em seguida, a Comissária convidou a Directora Geral Adjunta da Organização Internacional para as Migrações (OIM) a informar os Distintos Ministros do próximo Fórum Mundial sobre a Migração prevista em Bruxelas, de 9 a 11 de Julho de 2007.

34. A Directora Adjunta da OIM, a Sr<sup>a</sup> Ndiro Ndiaye agradeceu a Comissária da UA assim como as prezadas delegações pela oportunidade de se dirigir a sua Assembleia. Observou que o Fórum Mundial sobre a Migração e o Desenvolvimento é a continuação do diálogo de alto nível sobre a Migração Internacional e o Desenvolvimento das Nações Unidas que teve lugar em Nova Iorque, em Setembro de 2006. O Diálogo de Alto Nível reconheceu explicitamente a ligação entre a migração e o desenvolvimento com o firme compromisso de se debruçar posteriormente sobre esta ligação. O Diálogo de Alto Nível reconheceu igualmente a dimensão dos direitos humanos da migração e o papel da Diáspora no desenvolvimento sócio-económico dos países de origem e de destino. Neste âmbito, pensa-se que as remessas impulsionam o desenvolvimento.

35. O Fórum Mundial sobre a Migração internacional será “informal, voluntário, não vinculativo e público. O Fórum Mundial tem como objectivo a apresentação das propostas concretas para acção concreta, modelos pragmáticos, programas pilotos, parcerias e acções multilaterais. Os dois temas do Fórum são: **“Migração e Desenvolvimento Sócio-económico”** e **“Melhor Via para reforçar as ligações entre as políticas da migração e as políticas do desenvolvimento”**. Além disso, tais questões transversais como os direitos humanos, o género e a capacitação serão debatidas pelo Fórum. A Directora Adjunta concluiu a sua apresentação convidando todas as delegações a participarem no Fórum.

36. Durante as conclusões, as delegações enaltecem tanto a Comissão da UA como a OIM pelos esforços coordenados para enfrentar os desafios da migração e pelo reconhecimento da ligação entre a migração e o desenvolvimento. A natureza complexa da migração foi reconhecida e sugeriu-se que as delegações africanas no Fórum Mundial fossem adequadamente preparadas envolvendo todos os parceiros na questão. Alguns oradores questionaram o motivo por detrás do Fórum e sublinharam que as delegações africanas no Fórum devem envolver os Ministérios do Trabalho e dos Assuntos Sociais visto que a migração tem a ver com a mobilidade de mão-de-obra. Todavia, eles advertiram também que as remessas não devem ser capitalizadas tanto uma vez que não está bem claro quem transfere para quem e é também difícil determinar se as remessas compensam os prejuízos causados pela fuga de cérebros. As delegações observaram também que a migração é um fenómeno humano imparável que acontece quer voluntária quer involuntariamente, como no caso do tráfico dos escravos. A migração pode até ser considerada como um triunfo, uma força e há uma necessidade de caracterizar os diferentes tipos de migração. É também importante garantir o trabalho decente com o rendimento decente se a África quiser reduzir a magnitude da migração. Entre outras questões, as delegações sublinharam a necessidade de desenvolver as áreas rurais com vista a reduzir o êxodo rural.

37. Por fim, o Presidente louvou as duas oradoras sobre a migração e resumiu o debate dizendo que a migração é, de facto, uma questão séria e precisa de um debate;

que a questão das remessas deve ser analisada completamente e as várias implicações da migração devem ser percebidas.

**Ponto 5 da Agenda: Panorama sobre o Sector Informal em África – Doc. Nº LSC/MIN/2 (V)**

38. Esse ponto foi apresentado pelo Representante da CEA sublinhou que o sector informal representa uma proporção significativa da produção, do emprego e da criação de novos postos de trabalho; as empresas, em princípio, são pequenas e de mão-de-obra intensiva; os trabalhadores tem os níveis de escolaridade mais baixos, auferem ordenados mais baixos e fazem mais horas de trabalho do que os seus colegas do sector formal; os sectores formais e informais têm ligações cíclicas e as mulheres desempenham cada vez mais um papel importante na economia informal.

39. Ao fundamentar o sector informal, o orador argumentou que “... a informalidade não deve ser nem ignorada nem perdoada porque tem grandes custos económicos e sociais. Ainda frisou que é preciso um quadro de políticas globais e abrangentes para tratar da informalidade, resultado dos processos económicos, sociais e políticas que interagem e se reforça, reciprocamente. Adiantou que enfrentar os desafios no sector informal significa enfrentar a pobreza que, por sua vez, está em harmonia com o alcance dos OMD.

40. Concluiu a sua apresentação enfatizando algumas das questões principais que deviam merecer uma análise aprofundada. Estas incluem: a geração de postos de trabalho e de rendimentos do sector informal, a integração da estratégia do desenvolvimento do sector informal: geração do crescimento de alto nível, favorável aos pobres; tratar das estratégias de desenvolvimento tendencialmente urbana existentes; resolver o problema dos governos irresponsáveis e inconscientes; resolvendo a questão específica da extrema feminização do sector, reforçando a implementação das decisões e estratégias, e estabelecendo um mecanismo de partilha de experiência e de aprendizagem por pares.

41. Nos debates que se seguiram, as delegações congratularam-se com a apresentação e fizeram as seguintes observações e recomendações:

- A necessidade de identificar os esforços precisos para transformar o sector informal em formal (por exemplo crédito, formação, etc...);
- Sector informal é fundamental ao desenvolvimento da África mas não devemos pensar que livrará completamente África da pobreza;
- Alguns dos dados são desactualizados e precisam de ser actualizados; o documento precisa de adoptar as terminologias da AU;

- O sector informal não é compatível com a rápida globalização do contexto económico; por isso, há necessidade de elaborar estratégias para o transformar;
- São precisas intervenções sustentáveis do Governo e transferências de recursos com vista a assegurar a educação e a formação, o desenvolvimento de negócios e de capitais, o fluxo de informações e de comunicação; o marketing; a segurança de pessoas e a economia;
- É preciso partilhar as boas práticas no sector;
- A necessidade de reconhecer a dualidade das economias africanas com vista a promover a complementaridade, e assegurar que o sector informal respeite gradualmente as regras de negócio.

**Ponto 6 da Agenda: Análise do Relatório e das Recomendações da Reunião de Peritos – Doc. Nº LSC/EXP/RPT (V)**

42. O Relator apresentou o Relatório e as Recomendações da Reunião dos Peritos. Ele anunciou que a Reunião dos Peritos contou com a participação de quarenta Estados-membros da UA, várias Agências Intergovernamentais, Parceiros de Cooperação e amigos de África. Ele felicitou aos Peritos pela forma profissional em que trataram as questões e apresentaram o Relatório.

**Ponto 3 da Agenda da Reunião dos Peritos: Relatório sobre as Actividades do Presidente da Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais da UA**

43. Após a deliberação geral, a Reunião Ministerial recomendou o seguinte:
- a) A CUA deveria relembrar aos Estados-membros de submeterem os seus relatórios e estabelecerem prazos;
  - b) Os Ministérios do Trabalho e os Parceiros Sociais devem ser incluídos na próxima Reunião dos Ministros do Desenvolvimento Social prevista para Outubro de 2007. Uma das principais questões a ser analisada seria o Quadro da Política Social (SPF). A este respeito, a finalização do SPF deveria garantir que a contribuição de todos os sectores envolvidos seja tomada em conta.
  - c) O Plano de Acção sobre a implementação do Quadro Estratégico sobre Migração para África seja desenvolvido;

- d) A Mesa deveria ser envolvida em actividades do LSAC nomeadamente na elaboração de agendas para as Reuniões.

**Ponto 4 da Agenda da Reunião dos Peritos: Informação sobre o STC como parte da Revisão da Comissão dos Assuntos Sociais e do Trabalho**

44. Esta importante e séria questão que envolve muitos outros sectores foi debatida exaustivamente e apresentaram-se as recomendações seguintes:

- Não seria aconselhável separar as questões de Trabalho e de Emprego das questões de Desenvolvimento e Protecção Social;
- O LSAC é um modelo de qualidade do diálogo social frutuoso que expõe África aos outros continentes e deve funcionar como tal;
- A Reconfiguração da Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais deveria tomar em conta a composição tripartida do LSAC que deveria ser confirmada;
- A Comissão deveria analisar igualmente as implicações sobre as necessidades em recursos humanos na proliferação do STC para além das implicações financeiras evidenciadas;
- Foi sublinhado que qualquer proposta apresentada para uma reunião bienal do LSAC não seria prático, considerando que a prática corrente das reuniões anuais foi designada para a elaboração de relatórios com vista a uma posição comum para África na Conferência Internacional e Anual do Trabalho;
- Dado o mandato alargado do LSAC haveria necessidade de se racionalizar a Agenda Anual da Comissão com vista à equidade. Deve-se acordar igualmente prioridade a esta questão;
- Os Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais não foram envolvidos na elaboração das propostas correntes relacionadas com o STC;
- As propostas actuais contradizem com o processo de aceleração da integração do continente;
- As consultas internas sobre a reconfiguração do STC ainda não foram realizadas nos Estados-membros;



- Os Estados-membros da Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais deveriam transmitir os seus pontos de vista e observações à Comissão da União Africana para análise da próxima sessão do Conselho Executivo através dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros. Além disso, o Relatório da Sessão actual da Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais reflecte a sua posição sobre o STC proposto que deveria ser submetido ao Conselho;
- O Grupo de Trabalho criado em Joanesburgo e a actual Mesa deveriam finalizar urgentemente o estudo sobre a revisão do papel e das funções do LSAC tal como requerido pelas 3ª e 4ª Sessões do LSAC realizadas em Joanesburgo e no Cairo respectivamente e submetê-lo para análise da próxima sessão do LSAC tendo em conta que este estudo seria uma contribuição para o processo da reconfiguração do STC e deveria ser divulgado atempadamente aos Estados-membros;
- A composição do STC que afecta o Trabalho e os Assuntos Sociais não deveria comprometer o princípio tripartida;
- Todas as formas de reconfiguração deveriam expressar o princípio de aceleração da integração continental;
- No futuro, a Agenda do LSAC deverá assegurar a equidade entre as questões da Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais.

**Ponto 5 da Agenda dos Peritos: Estatuto de Implementação das  
Recomendações da 4ª Sessão da  
Comissão do Trabalho e dos Assuntos  
Sociais da UA**

45. Finalmente foi recomendado o seguinte:

- A CUA deveria divulgar a implementação revista da Matriz aos Estados-membros imediatamente depois da Sessão;
- A CUA deveria lembrar aos Estados-membros sobre os prazos de apresentação dos relatórios.

**Ponto 6 da Agenda sobre a Reunião dos Peritos: Relatório do Presidente da Comissão da UA sobre Seminários Regionais no âmbito das Políticas Integradas do Emprego**

46. Finalmente, fizeram-se as recomendações seguintes:
- (i) O acompanhamento da implementação da Declaração de Ouagadougou e do Plano de Acção deveriam constar regularmente na Agenda das Sessões do LSAC;
  - (ii) Os Estados-membros foram exortados a estabelecer Comitês Interministeriais e Institucionais para coordenar a implementação do resultado da Cimeira Extraordinária de Ouagadougou. Eles devem igualmente submeter relatórios à Comissão da UA;
  - (iii) A Comissão da UA e os Estados-membros deveriam utilizar o Mecanismo de Informação disponível para preparar e submeter o segundo relatório bianual ao LSAC em 2008 e o relatório analítico geral para o LSAC em 2009;
  - (iv) As CERs deveriam participar neste processo considerando que as mesmas foram solicitadas a desempenhar um papel de coordenação ao nível regional e os parceiros das Organizações Internacionais deveriam informar igualmente sobre as suas actividades como meio de apoio ao Plano de Acção e à Declaração de Ouagadougou.

**Ponto 7 da Agenda da Reunião de Peritos: Relatório da Conferência Ministerial África – UE sobre a Migração e o Desenvolvimento : - Doc. Nº LSC/EXP/6 (V)**

47. Durante os debates que se seguiram os delegados notaram o seguinte:
- A declaração não abrangeu os direitos dos trabalhadores migrantes que deveriam ser defendida onde quer que estejam;
  - As acções deveriam focalizar sobre a forma como lidar com as causas de origem da migração. Isto deveria ser feito através de programas de organização e de projectos de desenvolvimento para os jovens desempregados no continente com vista a evitar a sua migração para outros continentes
48. Concluindo, a Reunião recomendou que:

- Os direitos e a dignidade dos trabalhadores migrantes sejam respeitados por recepção;
- Os Estados-membros deveriam assegurar a implementação das Declarações;
- A CUA deveria assegurar a coordenação e a divulgação de informação aos Estados-membros;
- Os Estados-membros deveriam esforçar-se por abordar os “factores atractivos” bem como os “factores impulsionadores” da imigração em África como uma solução a longo prazo para o problema.

**Ponto 8 da Agenda: Relatório do Presidente da Comissão da UA sobre as Actividades do Grupo Africano em Genebra: - Doc. N° LSC/EXP/7 (V)**

49. Após um longo debate a reunião recomendou o seguinte:

- Todas as propostas de candidaturas para os Altos Postos, Presidentes de Comitês e de Conferências devem ser submetidas ao LSAC pelo Grupo Africano, os Membros do Órgão de Direcção através do Gabinete da UA em Genebra para análise;
- O Comité sobre a Aplicação de Normas deveria assegurar maior transparência no processo de selecção referente à lista dos países que se apresentem;
- O compromisso do Grupo Africano com outras regiões e com os parceiros sociais para a expansão do Comité da Associação da Liberdade seja intensificado;
- Os planos para a substituição do pessoal africano reformado sejam elaborados e comunicados aos Estados-membros;
- Uma medida preventiva a ser tomada com vista a promover a formação e as oportunidades de recrutamento para jovens africanos;
- África deveria ter pelo menos dois lugares permanentes no ILO-GB; e os países africanos deveriam honrar as suas contribuições junto à Comissão da UA e à ILO;

- A candidatura da África do Sul à Presidência do Comité da Conferência sobre Trabalho no Sector das Pescas devia ser apoiada.

**Ponto 9 da Agenda: Informação da Comissão da UA sobre as Actividades Relacionadas com a Juventude e o Desenvolvimento**

50. As recomendações seguintes foram adoptadas:

- Apoio ao desenvolvimento de políticas e programas para a juventude;
- Fornecer aos Estados-membros um quadro sobre os direitos, a liberdade e os deveres relacionados com os jovens em África;
- Facilitar o desenvolvimento de políticas e estratégias abrangentes e efectivas sobre a juventude;
- Assegurar a participação efectiva dos jovens na tomada de decisões e no desenvolvimento em África;
- Melhorar a comunicação e a coordenação dos Projectos de Cooperação Técnica de todos os ILO através de canais apropriados;
- Elaborar um plano de sucessão apropriado. A este respeito, a informação deveria ser obtida das pessoas reformadas da Comissão da UA, a Sede do ILO e os Escritórios Sub-regionais;
- Reforçar os Gabinetes do ILO no terreno e na região do SADC;
- Assegurar que o sistema de quota seja respeitado na altura do preenchimento de postos vagos da Comissão da UA.

**Ponto 10 da Agenda: Relatório sobre as Actividades das Comunidades Económicas (CERs)**

51. Após um longo debate a reunião felicitou à SADC pelo seu relatório e foi salientado que outras CERs podiam aprender com a experiência da SADC. A reunião tomou nota do relatório.

**Ponto 11 da Agenda: Informação sobre as actividades das Agências Especializadas da UA e das Organizações Inter-africanas:**

**a) A Organização da Unidade da União do Comércio Africano (OATUU)**

52. A Reunião dos Ministros tomou nota do Relatório.

**b) Confederação Pan-africana de Empregados (PEC)**

53. A Reunião de Ministros tomou nota do Relatório.

**c) Confederação Internacional da Organização das Uniões de Comércio Live – Organização Regional de África (ICFTU – AFRO)**

54. A Reunião de Ministros tomou nota do Relatório.

**d) Associação da Produtividade Pan-africana (PAPA)**

55. Os Ministros solicitaram à PAPA de intensificar esforços com vista a aumentar o seus membros em outras regiões. E alargar as suas actividades à União de Comércio e às Organizações dos Empregados.

56. A reunião tomou nota do relatório.

**e) Instituto Africano de Reabilitação (ARI)**

57. Finalmente, fizeram-se as recomendações seguintes:

- a) A Comissão da UA deveria acelerar o processo de reestruturação do ARI;
- b) As contribuições recebidas dos Membros do ARI deveriam ser utilizadas primeiro e principalmente para pagar os atrasados de salários do pessoal do ARI antes da realização de qualquer outra actividade;
- c) Os Estados-membros que ainda não são membros do ARI deveriam considerar a hipótese de se tornarem Membros e aqueles que já são membros deveriam cumprir as suas obrigações financeiras com o Instituto;
- d) Os Estados-membros deveriam ser sensibilizados sobre os benefícios do ARI com vista a encorajá-los a integrarem o ARI;
- e) Os Estados-membros deveriam incluir o emprego de pessoas deficientes nos seus programas de emprego;

**f) Conselho Supremo do Desporto em África (SCSA): Doc. Nº LSC/EXP/8f (V)**

58. Os Ministros tomaram nota do Relatório.

**g) Centro Africano para Pesquisa Aplicada e Formação na área do Desenvolvimento Social (ARCARTSOD) : Doc. Nº LSC/EXP/8g (V)**

59. Fizeram-se as recomendações seguintes:

- a) Todos os Estados-membros deveriam apoiar as actividades e os programas do ACARTSOD;
- b) Os Estados-membros do ACARTSOD deveriam pagar regulamente as suas contribuições ao Centro e aqueles que ainda não são membros da ACARTSOD deverão associar-se ao Centro;
- c) A Comissão da UA deveria continuar a apoiar e trabalhar em estreita colaboração com o ACARTSOD na implementação das suas actividades;
- d) A Comissão da UA e todos os Estados-membros deveriam apoiar a iniciativa Al-Ghaddafi sobre a Juventude Africana, as Crianças e as Mulheres no Século 21. A este respeito, a Comissão da UA deveria trabalhar estreitamente com o ACARTSOD na implementação de estratégias adoptadas pela iniciativa da Mesa Redonda.

60. A reunião tomou nota do relatório.

**Ponto 12 da Agenda: Pontos Propostos por Estados-membros (Egipto)  
Trabalho do Migrante Africano: Tratamento, Protecção  
e Bem-estar – Doc. Nº LSC/EXP/12 (V)**

61. A reunião enunciou os direitos e a dignidade dos trabalhadores migrantes como principal sector de interesse para os africanos. Acordou-se uma atenção particular aos problemas relacionados com o Acordo de Cotonou com referência específica ao Artigo 13 sobre a repatriação dos migrantes ilegais. Constatou-se que a repatriação deveria ser feita de maneira humana em conformidade com a Carta das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos e as Convenção da ILO que protegem os direitos dos migrantes. A reunião tomou nota o relatório.

**Ponto 13 da Agenda: DATA E LOCAL DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DA UA PARA OS ASSUNTOS SOCIAIS E DO TRABALHO**

62. A delegação do Níger informou à reunião sobre a vontade do seu país de albergar a próxima sessão do LSAC. Os Ministros acolheram favoravelmente a oferta.

**Ponto 14 da Agenda: DIVERSOS**

**a) Projecto de Resoluções:**

**i) Resolução sobre os Trabalhadores Palestinos:**

63. Os Ministros adoptaram por unanimidade a Resolução sobre o apoio aos trabalhadores Palestinos.

**ii) Resolução relativa à agenda sobre o trabalho decente que deverá ser associada à Agenda Básica Necessária**

64. Os Ministros adoptaram por unanimidade a Resolução sobre a Agenda do Trabalho Decente.

**b) Acompanhamento do resultado da Cimeira de Ouagadougou**

65. A reunião ministerial tomou nota da informação.

**c) Preparativos para as Reuniões do ILO**

66. Os Ministros tomaram nota da informação.

**e) Disposições da Reunião**

67. A Reunião Ministerial tomou nota da Informação.

**f) Temas para as Sessões do LSAC**

68. Os Ministros tomaram nota e aprovaram o relatório e recomendaram à Mesa em consulta com o Níger que a realização da Sessão de 2008 deveria desenvolver o tema para a próxima Sessão.

**g) Distribuição e Disposição de Documentos**

69. Os Ministros concordaram com o Relatório dos Peritos sobre a questão.

**Ponto 7 da Agenda: DATA E LOCAL DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DA UA PARA OS ASSUNTOS SOCIAIS E DO TRABALHO**

70. A delegação do Ministro do Trabalho do Níger informou à reunião sobre a vontade do seu país de acolher a próxima sessão do LSAC. A proposta foi recebida favoravelmente por unanimidade.

**Ponto 8 da Agenda: DIVEROS**

71. Não foi proposto nenhum ponto.

**Ponto 9 da Agenda: ADOPÇÃO DAS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES SOBRE A REUNIÃO MINISTERIAL**

72. A Reunião Ministerial adoptou o Relatório de Peritos tal como emendado.

**Ponto 10 da Agenda: CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO**

73. Os Intervenientes fizeram um apelo pela unidade e solidariedade entre o Grupo Africano e que para tal devemos tirar lições dos nossos erros do passado.



2008

Report of the au commission on the  
third au ministerial conference for drug  
control and crime prevention Addis  
Ababa, 3 - 7 December 2007

African Union

African Union

---

<http://archives.au.int/handle/123456789/3142>

*Downloaded from African Union Common Repository*